



[Handwritten signature]

Ata nº. 187

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu no Salão engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela.---

Presidiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes, sendo secretariado por David Fernandes Duarte (1º. Secretário) e Manuel Filipe Mendes (2º. Secretário).-----

Presenças: Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Fernando dos Santos Antunes, David Fernandes Duarte, Emídio Domingues, Anabela Faria Mendes Monteiro, Marta Sofia Coelho Ramos, Luís Alberto Fernandes dos Reis, Adriana Filipa Carnoto Santos, Sara Margarida Rasteiro Rodrigues Marmé, Arménio Avelar Luís, António Manuel Mendes Lopes, Olga Sofia Antunes da Silva, João da Paz Pires, Januário Pereira Antunes, Maria Fernanda Mendes Francelino Simões e os Presidentes de Junta de Freguesia da Cumieira, do Espinhal, de Podentes e da União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, respetivamente: Fernando Manuel Ferreira Calado, Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos e Maria do Nascimento Rasteiro Marmé.-----

Faltas: Faltou o deputado Hugo Miguel dos Santos Paula.-----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Presidente da Câmara.-----

Abertura da Sessão: O Presidente da Assembleia, **Fernando dos Santos Antunes**, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, os Deputados Municipais e público presente. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Dando continuidade à sessão, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada, por unanimidade dos membros que estiveram presentes na última sessão e assinada. -----

De seguida deu conta da correspondência recebida no período compreendido entre dezembro de 2017 e o mês atual, de acordo com o disposto a alínea m) do nº 1 do artº. 29. da lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.-----

Realçou alguma de maior importância tais como o mail remetido pela Plataforma de Precários do Estado solicitando a divulgação do mesmo pelos membros da Assembleia Municipal; o mail remetido pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Ministério da Saúde questionando o porque do atraso na construção da Nova Maternidade de Coimbra e da tomada de posição da ANACOM sobre o balcão dos CTT de Penela.-----



Informou que o Grupo Parlamentar “Os Verdes” remeteu resposta do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre a criação de Parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017;-----

Concluiu, informando que o deputado Hugo Miguel dos Santos Paula, solicita a sua substituição na presente sessão Assembleia Municipal. -----

Aberto o período “antes da ordem do dia”, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal, a quem foi dada a palavra:-----

A deputada, **Anabela Monteiro**, deu conta que esteve presente, no passado dia 17 de abril numa reunião do conselho consultivo da ETP Sicó, a última deste mandato. Referiu que o Diretor da ETP Sicó deu algumas informações, fazendo uma alusão ao programa da XXI semana aberta da ETP Sicó com iniciativas bastante relevantes tais como: Restaurante pedagógico que ocorreu nos três polos, com forte adesão da comunidade; um conjunto variado de colóquios, exposições e workshops dos quais destacou um em que participou, realizado em Penela, com o tema “Como lidar com o luto e com as perdas”. A participação do Pré e do 1º ciclo na hora do conto, na magia dos laboratórios ou em jogos ecológicos. Referiu ainda que o diretor deu a conhecer a atividade desenvolvida, quer no âmbito da Educação e Formação inicial, através dos cursos profissionais, do programa Exames, quer no âmbito do departamento de qualificação e aprendizagem ao longo da Vida, bem como as demais diversas tipologias de intervenção e também a atividade do Centro Qualifica.-----

A diretora pedagógica e de formação inicial, Doutora Elsa Dias, apresentou a oferta formativa para o próximo ano letivo 2018/2019, informando que este ano a concertação da rede escolar passou a ser da responsabilidade das CIM e que estas deixaram passar o tempo e nada fizeram.-----

Da proposta de oferta formativa para o Ano Letivo 2018/2019 não foram aprovados alguns cursos dos quais destacou o de Frio e Climatização, no Polo de Penela. Ao que percebeu a CIM de Coimbra aceitou a proposta da DGEST e o mesmo não foi aprovado logo em rede. Assim, o Polo de Penela terá apenas uma turma a iniciar, desdobrada, no curso de análise Laboratorial e Auxiliar de Saúde.

No Avelar a proposta de uma turma desdobrada de Gestão e Turismo também não foi aprovada, embora a escola tenha reclamado e aguarde resposta do Sr. Ministro. -----

Parabenizou a Associação Infante D. Pedro pela excelente organização de mais um Trilho do Infante.

Partilhar convosco que foi uma manhã fantástica! O melhor trail que fiz onde o cansaço da forma proporcionada pelo S. Pedro, a dureza da subida do Miradouro da Pedra da Ferida ou as travessias da Ribeira da Azenha foram superadas por paisagens iniciais e ímpares que transmitem a qualquer participante o equilíbrio e a serenidade que necessitamos para a correria do dia a dia. -----

Terminou felicitando o Presidente da Câmara, pelo êxito da realização da Expedição Humanitária a S.O.G.A. -----



A deputada, **Marta Ramos**, cumprimentou os presentes. Começou por dar a conhecer a a história do Laço Azul. A campanha do Laço Azul (Blue Ribbon) iniciou-se em 1989, na Virgínia, E.U.A. quando uma avó, Bonnie Finney, amarrou uma fita azul à antena do seu carro despertar a atenção das pessoas. Perante a curiosidade de muitos, Bonnie Finney contou que sua neta foi vítima de violência. “E porquê azul? Porque apesar do azul ser uma cor bonita, Bonnie Finney não queria esquecer os corpos batidos e cheios de nódoas negras dos seus dois netos. O azul, que simboliza a cor das lesões, servir-lhe-ia como um lembrete constante para a sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos”. Um pouco por todo o mundo, designou-se o mês de abril, como o mês dedicado à Prevenção dos Maus-Tratos Infligidos a Crianças e Jovens.-----

Informou que irá decorrer, no dia 14 de junho, no Auditório da Biblioteca Dr. António Arnaut, o “Encontro Inter CPCJ's em Penela”.-----

Vangloriou-se pela realização, na sua freguesia, de uma montaria ao javali, com mantilhas. Os incêndios originaram a deslocação de animais e, uma vez que não há controlo, houve proliferação. No que se refere à limpeza de terrenos os proprietários preocupam-se em limpa-los, mas dificilmente o irão fazer até 31 de maio do corrente ano. O corte efetuado hoje terá de voltar a ser feito dentro de ¾ meses. Situação complicada devido ao envelhecimento da população, com recursos parcos.-----

O deputado, **Emídio Domingues**, disse concordar com o que a deputada Anabela dissera referente à ETPSicó. Acrescentou que em relação ao Polo de Penela e, se conseguirem inscrições, pode vir a ter um curso novo, mantendo as turmas existentes. Lamentou não ter sido aprovado o curso de Climatização pela DGEST, porque não existe nenhum curso semelhante na região de Coimbra.-----

Informou ainda, que decorre, de 20 de abril a 01 de julho de 2018, o Programa Erasmus Plus, em 33 alunos da ETP Sicó e do Agrupamento de Escolas de Ansião, atualmente alunos do 3.º ano dos diversos Cursos Profissionais dos dois estabelecimentos de ensino, realizam estágio curricular de 10 semanas em empresas de diferentes países da Europa. Deixou uma nota de apreço ao trabalho desenvolvido pelo Vice-Presidente e pela profª Filomena Pascoal na coordenação e acompanhamento do projeto.-----

O deputado, **David Duarte**, disse que escutara com atenção os discursos aquando das comemorações do 44.º Aniversário do 25 de Abril, a cerimónia evocativa do Dia da Liberdade. Um dos Oradores falou em ética republicana e, que na faculdade, aprendeu que há lei, mas superiormente que há justiça. No quotidiano existem exemplos do que é legal, por vezes é eticamente/moralmente reprovável. Deu o exemplo que pode ser legal os deputados duplicarem subsídios, mas eticamente é reprovável.-----

Disse que se olharmos mais para o que é legal e menos para o que é moralmente correto, aquilo para o qual batalharam os defensores de abril irá perder-se.-----

Conclui dizendo que temos oportunidade para fazer a diferença entre o legal e a ética.-----



O senhor Presidente da Assembleia, **Fernando Antunes**, saudou a Câmara Municipal pela organização das comemorações do 44.º Aniversário do 25 de Abril. Para além das habituais intervenções políticas, do programa constou a apresentação do projeto de Requalificação da Antiga Residência de Estudantes na Residência de Indústrias Criativas e a inauguração das obras de Requalificação do Centro Histórico. -----

As celebrações contaram com a participação especial do Choral Polyphonic João Rodrigues de Deus e do Coro Municipal Carlos Seixas, lastimando a pouca aderência da população dada a efeméride e a categoria dos grupos presentes. -----

Lamentou que o prazo de limpeza dos terrenos, 31 de maio de 2018, não seja cumprido, mas existe pouca mão de obra e cara. A fiscalização tem que ser feita, mas não de forma tão punitiva. É assunto dramático para as câmaras municipais que assumiram uma enorme responsabilidade permitindo que o Governo lave daí as mãos. -----

Conclui a sua intervenção questionando se a Quinta da Boiça irá ser recuperada. -----

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara, a quem saudou. -----

O senhor da **Presidente da Câmara** começou por parabenizar a Associação Infante D. Pedro pela realização do “Trilho do Infante - Penela 2018” e a Abutres Running Team, secção da Associação Abútrica de Miranda do Corvo, pela realização do “2019 Trail World Championships”. -----

À deputada **Anabela Monteiro** disse que “Penela-Bissau, Expedição Humanitária – 2018”, a S.O.G.A., correu bem, apesar de deixar marcas físicas. Perspetivas: fazer a diferença nalgumas comunidades através de geminações. Deverá ser feita uma reflexão sobre as geminações existentes, ponderando fazer a diferença com muito do que não queremos em países que nada têm. -----

À deputada **Marta Ramos** disse que bom que era falar no direito das crianças. A falta de limpeza combustível é dos grandes riscos que se corre. No ano passado em 2 dias ocorreram 2 incêndios (25 e 26 de abril), em Penela. -----

Ao deputado **Emídio Domingues**, disse estar preocupado com o futuro da ETPSicó e das Escolas Profissionais no geral. O ensino regular ocupa o lugar das mesmas. Os alunos cada vez são menos e a tendência é fecharem. -----

Ao Presidente da Assembleia, **Fernando Antunes**, disse que, em relação à Quinta da Boiça, existem 2 empresários que adquiriram o palácio para reconstruir uma unidade hoteleira, com 58 quartos. O projeto está na Câmara Municipal para requalificação da mesma. O troço da estrada Podentes/Além-Água foi desafetado, condição do Turismo de Portugal. Empreendimento importante, uma vez que o Hotel Duecitânea tem muita procura, o que perspetiva sucesso do novo espaço. -----

Informou que a câmara municipal recebeu resposta dos CTT, informando que não está previsto o encerramento do posto, nem qualquer alteração ao existente. -----



Lamentou, com pesar, a pouca aderência da população às comemorações do 44.º Aniversário do 25 de Abril. Salientou que o facto de não terem vivido o momento, levava ao afastamento das pessoas. Considera importante a sua comemoração como parte da história do país, é o celebrar da democracia.

ORDEM DO DIA

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina: -----

Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município; -----
2. Informação Financeira; -----
3. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. Relatório de Execução; -----
4. Sistema de Defesa da Floresta Contra incêndios. Gestão de Combustíveis pelos Municípios. Acesso a linha de Crédito; -----
5. Documentos de prestação de contas do exercício de 2017;-----
6. Modificação dos documentos previsionais. Revisão nº 1. -----

PRIMEIRO PONTO – Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do

Município: Começou por dar conta de outras informações, que não constam da informação enviada mas que constam da sua agenda e realçou alguns assuntos mencionados na informação enviada. -----

Deu nota que: -----

- No dia 24 de março de 2018, no Auditório do HIESE, a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, em parceria com o Município de Penela, realizou uma ação de sensibilização para a limpeza da Floresta, com a presença do Ministro-Adjunto, Pedro Siza Vieira, do Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita e de outros membros do governo; -----
- Decorreu a 28 de março de 2018 uma reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta visando a Elaboração e Aprovação do Plano Operacional Municipal para 2018; -----
- Foi elaborado um procedimento de contratação pública (consulta prévia) para constituição das Faixas de Gestão de Combustíveis na rede de estradas e caminhos municipais, cuja responsabilidade é da Câmara Municipal, num total de 115 hectares e no valor de 160.367,75€; -----
- Foram submetidas candidaturas no âmbito do desenvolvimento rural; -----
- O Inverno Cultural de 2018, intimamente ligado ao associativismo, teve uma componente informativa por parte da Guarda Nacional Republicana, uma vez, que foram dadas informações acerca da limpeza da floresta; -----
- Desde o dia 18 de maio de 2017, o Villa Romana Espaço Museu tem patente ao público a exposição “Villa Romana de São Simão – Importante Achado Archeológico”, que reúne os achados



arqueológicos provenientes das campanhas desenvolvidas até ao ano de 2017, inclusive, naquele local. -----

SEGUNDO PONTO Informação Financeira: Sobre a informação financeira referiu apenas que os documentos enviados (declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de março de 2018, balancete de tesouraria em 31 de março de 2018, declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de março de 2018), revelam claramente a saúde financeira e a consolidação das contas municipais, uma vez que não haviam pagamentos em atraso e o pagamento em dívida diminuirá. -----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto dois. -----

TERCEIRO PONTO: Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. Relatório de Execução: Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para efetuar a apresentação do ponto em epígrafe. O mesmo deu conhecimento que o relatório apresentado tem como propósito aferir a avaliação e os resultados obtidos das medidas constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC), aprovado pelo executivo municipal em 09/12/2009 e pela Assembleia Municipal em 22/12/2009. -----

Deve o mesmo ser entendido como um instrumento de gestão dinâmico em permanente construção e sujeito a contínuo aperfeiçoamento. -----

Pretende continuar uma reflexão, que se deseja ativamente participada, sobre o seu grau de eficácia e a sua adequação a uma realidade que está em constante mutação, reforçando as competências dos colaboradores nas áreas de atividade mais sensíveis e mais sujeitas a pressões e a constantes alterações do respetivo regime jurídico, como sejam, só a título de exemplo, as áreas de Finanças e Contabilidade e as áreas de Ordenamento do Território, Urbanismo e, também, o Atendimento ao Público e as normas do Código do Procedimento Administrativo. -----

O controlo contabilístico, financeiro e patrimonial foi claramente reforçado com a aplicação do Regulamento de Controlo Interno aprovado em 2014, enquadrando um vasto conjunto de procedimentos nomeadamente ao nível dos fluxos contabilísticos de realização de despesa e arrecadação de receitas. Ainda assim, uma área fundamental para possibilitar uma leitura económico-financeira em tempo real, indispensável para a tomada de decisões de gestão, como é a Contabilidade por Centros de Custos, ainda não foi concretizada por falta de recursos humanos tecnicamente habilitados e disponíveis para o efeito. Esta importante ferramenta de gestão vai ser instalada e configurada de modo a estar em plena produção no exercício de 2018. -----

Após a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos deputados, não se registando intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do relatório supracitado. -----



QUARTO PONTO - Sistema de Defesa da Floresta Contra incêndios. Gestão de Combustíveis pelos Municípios. Acesso a linha de Crédito: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe.-----
O mesmo explicou que o assunto decorria da lei e, que veio permitir à Administração Local aceder a uma linha de crédito disponibilizada pelo Governo aos municípios que possam ter necessidade de se substituir aos proprietários na limpeza dos terrenos. -----

“ENQUADRAMENTO -----

A Linha de crédito referida em epígrafe tem como finalidade a atribuição de subvenções reembolsáveis aos municípios, destinados a financiar as despesas em que estes incorrem com a gestão de combustível nas redes secundárias, em substituição dos proprietários e outros produtores florestais que incumpram o dever decorrente dos nº 2, 10 a 13 (FGC de 50 m de edificações; FGC de 100 m nos aglomerados populacionais e FGC de 100m dos Parques industriais, respetivamente), do artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual. -----

O acesso a esta linha de crédito é formalizado através da celebração de um contrato entre o Estado e o Município.-----

Previamente é necessário preencher um formulário a submeter à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), no qual se identifica valor de financiamento e a área de intervenção por freguesia para efeitos de gestão de combustível, estando considerados níveis diferenciados de financiamento em função da classificação das áreas/freguesias prioritárias de fiscalização/intervenção, que varia entre os 100% (para as áreas de 1ª prioridade), os 75% (para as áreas e 2ª prioridade) e 60% (para as restantes Freguesias).-----

Informação -----

1. No Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios encontra-se identificado os aglomerados populacionais e os polígonos industriais que confinam com espaço florestal e as edificações isoladas confinantes com espaços rurais. Essa informação encontra-se explanada na tabela 1.-----

2. O Despacho nº 1913/2018, de 22 de fevereiro define as freguesias de 1ª e 2ª prioridade, para efeitos de fiscalização, tendo sido consideradas para o Concelho de Penela apenas áreas de 1ª prioridade que é o caso da Freguesia de Podentes e da União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal. -----

3. Neste momento, não existe qualquer informação/levantamento/identificação das faixas de gestão de combustível intervencionadas pelos respetivos proprietários. -----

Tabela 1- Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (hectares)



Freguesia	Aglomerado Populacional	Edificações Isoladas	Zonas Industriais	Prioridade	Total
Cumieira	168,04	65,34	12,6307	-	246,0107
Espinhhal	181,31	48,5046		-	229,8146
Podentes	109,457	80,83		1ª	190,287
UFMSER	637,759	294,14	23,0338	1ª	954,9328
Total	1096,566	488,8146	35,6645		1621,045

Considerando a impossibilidade de antever quais as áreas que o município terá de intervencionar em substituição dos respetivos proprietários ou detentores; -----

Considerando o reduzido montante global disponível (€5 0 000 000,00) para financiar as despesas de todos os municípios com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível, -----

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove a candidatura à Linha de Crédito e concessão de financiamento, sob a forma de subvenção reembolsável, para financiamento das despesas com as Redes Secundárias de Faixas de gestão de Combustível, até ao montante de € 500.000, 00 (quinhentos mil euros)". -----

De seguida foi dada a palavra aos deputados, para sobre o mesmo se manifestarem. -----

O deputado **João Pires**, disse preocupar-se com a questão, no entanto, entende que a câmara municipal, nesta fase, não consegue identificar os proprietários, nem sinalizar os locais em que estão a prevaricar. A câmara deveria informar os proprietários, evitando que, a 01 de junho, fossem aplicadas multas, salvaguardando assim o município. -----

O deputado **Mendes Lopes**, concorda que o assunto é difícil e a quantidade dos trabalhos a fazer são de grande dimensão. Pensa que a forma de a câmara encarar o assunto era definindo os perímetros das povoações e as estradas prioritárias, envolvendo os Bombeiros Voluntários de Penela, a GNR (Guarda Nacional Republicana), o próprio ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) e com o apoio da Assembleia Municipal. -----

A limpeza de terrenos é um trabalho inacabado, continuo. O Estado tem que olhar para o assunto com olhos de expropriação uma vez que irá intervir numa faixa de 10 metros. -----

Não havendo mais pedidos para intervir foi a proposta da Câmara Municipal colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

QUINTO PONTO - Documentos de prestação de contas do exercício de 2017: Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----



O mesmo começou com uma nota prévia, cujo teor se transcreve:-----

“Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental. -----

Em conformidade com as considerações técnicas e normativas, designadamente, a Lei das Finanças Locais, o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Penela, bem como salientar as atividades e investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2017.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o Relatório de Gestão do exercício de 2017 é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Penela e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados. Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais, bem como toda a legislação integrada no perímetro da administração pública local. -----

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Penela no ano de 2017 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.-----

Nestes termos, -----

O relatório de gestão inclui a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. -----

Estes são, muito em suma, os objetivos do presente instrumento de trabalho e que nos cumpre sublinhar nesta mensagem.-----

O ano de 2017 foi, em termos gerais, pautado por uma continuidade de racionalização dos custos, tendo sido avaliados diversos custos de funcionamento e adotadas as concomitantes soluções a porem em prática, bem assim, foram avaliados os resultados obtidos, atento o princípio da economia das operações. -----

Podemos também referir que em 2017 demos continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das linhas estratégicas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, definidas desde o início do mandato, em 2013 e que terá continuidade no quadriénio 2017-2021 e que se sintetizam numa visão do território como um espaço de potencialidades a desenvolver nos sectores estratégicos.-----



Na valorização do território e na sua projeção regional e nacional através da capacitação dos seus fatores distintivos como a identidade e património o ano de 2017 caracterizou-se por um aumento do investimento de capital em relação ao ano de 2016. -----

No ano de 2016 houve uma diminuição significativa das receitas de capital e do investimento, determinado pelo atraso na execução do Quadro Comunitário de Apoio nas suas múltiplas componentes, seja no âmbito do Portugal 2020, do Programa Operacional Regional, dos programas e projetos contratualizados com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ou os derivados da estratégica da BLBC Terras de Sicó, verificando-se um congelamento das fontes de financiamento.

Apesar de 2017 apresentar um aumento significativo das transferências de capital, designadamente pelo acesso aos fundos comunitários das operações associadas à requalificação urbana do espaço público no Centro Histórico de Penela, Cadastro das Infraestruturas e execução das redes de saneamento de águas residuais com ligação à ETAR da Quinta de Cima houve um significativo atraso na implementação de um conjunto de projetos municipais. -----

Apesar de tudo em 2017 a despesa corrente correspondeu a 62,15% das despesas totais menos que os 78,33% relativos a 2016, enquanto a despesa de capital representa um valor de 37,85%, melhorando o ratio de investimento quando comparado com o período de 2016 que correspondia a 21,67%. Considerando que a receita corrente representa a grande maioria das receitas cobradas, o Município tem através da poupança corrente encaminhado verbas para investimento de capital. -----

É missão do executivo o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, potenciando a qualidade de vida dos cidadãos e aumentando as oportunidades destes, sendo os seus princípios de atuação caracterizados pela:-----

QUALIDADE (Focalização no serviço a prestar ao munícipe e nas suas necessidades atuais e futuras)-

RESPONSABILIDADE (Dedicação e lealdade à missão de serviço público) -----

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO-----

EFICÁCIA NA GESTÃO -----

SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL-----

SUSTENTABILIDADE (Cuidar do presente e do futuro de Penela, conciliando a visão e o estratégico das necessidades de hoje sem comprometer o futuro) -----

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:-----

1. Consolidar Penela como um território atrativo para viver e trabalhar, multiplicando oportunidades e reproduzindo progresso, generalizando a igualdade de oportunidades e promovendo a solidariedade e bem-estar social para todos. Construir um território, qualificado e inovador, ganhando dimensão crítica relevante. -----



2. Promover Penela como território de investimento, competitividade e inovação, consolidando e densificando as redes de desenvolvimento temáticas em que se encontra, firmando a estratégia de captação de investimento.-----
3. Consolidar Penela como um território de desenvolvimento turístico, designadamente do Turismo de Natureza e do Touring Cultural; -----
4. Aprofundar o modelo de governação municipal, apostando na qualificação do serviço público próximo do cidadão, valorizando os recursos humanos e equilibrando a situação financeira da autarquia, apostando no equilíbrio da situação financeira da autarquia, com a introdução de medidas adequadas à racionalização e contenção da despesa pública municipal e de aumento da receita, de forma a garantir a prossecução dos investimentos necessários à concretização da estratégia municipal e de modo a que a autarquia possa cumprir com os compromissos assumidos. -----
5. Promover o reforço da competitividade do concelho de Penela, reforçando o seu papel na região e no país, reforçando a sua identidade e potenciando as suas “marcas distintivas”.-----
6. Criar oportunidades, desenvolver e aprofundar a solidariedade, apostando nos sectores culturais, no ambiente e na educação. -----
7. Melhorar a eficiência e a reatividade da rede social na sinalização, acompanhamento e apresentação de soluções para os cidadãos que estejam em situação de exclusão social ou mais desprotegidos. -----

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS -----

1. A prestação de contas aos eleitos é dos atos mais nobres do exercício autárquico, mostrar o que se fez, como se geriram os dinheiros públicos, dar transparência à governação.-----

Constitui um dos momentos anuais mais importantes e responsabilizantes da nossa política municipal. Momento de balanço, sempre necessário, além de legal. Neste contexto nacional, em que as contas públicas e a terminologia financeira são tão comentadas parece que ainda tem maior importância o escrutínio da conta de gerência. -----

Não obstante a conjuntura económica e financeira do País e da Europa, óbice para alguma das nossas realizações, a avaliação das nossas contas é claramente evidenciadora pela positiva daquilo que persistimos em fazer e fizemos, agora com a especial resiliência e controlo que nos é exigido. -----

2. Em 2011 Portugal mudou. Os exercícios desde 2013 são reflexo e consequência dos novos modelos organizacionais e de governança que as autarquias, obrigatoriamente, adotaram.

Em 2017 apesar de tentarmos encurtar a falibilidade dos compromissos previsionais e a afinção contínua do planeamento orçamental que nos permita melhorar, significativamente, os níveis de execução orçamental, tal desiderato não se revelou possível. Piorámos, de resto, relativamente a 2016 e apresentámos em 2017 uma taxa de execução orçamental inferior a 85%.-----



Obviamente que o Orçamento Municipal é um documento previsional e implica a existência de desvios. Existe, no entanto, uma dificuldade acrescida na presciência e na antecipação das receitas de capital e despesas de capital pela imprevisibilidade das transferências que estão subordinadas aos financiamentos externos, designadamente do Quadro Comunitário de Apoio. Todo o modo, excluindo esta dificuldade podemos concluir que somos cada vez mais eficientes e temos maior controlo sobre os recursos municipais. -----

3. Fazemos esta análise retrospectiva após a aprovação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso: após o choque inicial, está a determinar uma efetiva revolução na gestão autárquica. -----

Temos vindo ao longo do tempo a adaptar os nossos documentos previsionais: Apresentámos para 2017 o orçamento municipal que previa uma arrecadação bastante superior ao verificado. Cuidámos que após a transição de quadros comunitários, 2017 seria um ano de execução de projetos e programas sinalizados na estratégia municipal e sub-regional. Como é sabido a execução das receitas de capital está fortemente condicionada por fatores externos, considerando a proeminência que tem o quadro comunitário de apoio – Portugal 2020.-----

Adaptamos, cortamos e racionalizamos despesas, atividades e apoios. A poupança na despesa corrente liberta-nos meios para investir e melhorar a competitividade do território!-----

O mundo autárquico está consideravelmente diferente e nós soubemos adaptar-nos, sem comprometer a estratégia de desenvolvimento que delineámos. -----

4. Focalizando no nosso Município, neste contexto nacional recessivo e de cortes/controlado brutal das contas públicas centrais e locais, são felizmente diferentes alguns sinais positivos deste longo Relatório de Gestão e de Prestação de Contas de 2017, destacando convergência para o reconhecido equilíbrio da saúde financeira do Município de Penela, sem prejuízo do investimento capital, que ainda assim, fruto da diminuição das despesas correntes, garantimos! E reconheçamos que apesar do atraso verificado no Quadro Comunitário de Apoio e do ano de 2017 ser um ano de arranque na implementação do novo ciclo de financiamento dos fundos de coesão europeus e de por via disso, termos visto aumentadas, ligeiramente, as transferências de capital, que nos permitiu assegurar um conjunto de projetos e executar algumas obras essenciais para a melhoria da qualidade de vida e competitividade do território, designadamente na área do saneamento e abastecimento de água e dos espaços de acolhimento empresarial, do cadastro, da proteção civil ou na regeneração urbana. -----

5. Um indicador é exemplar: O equilíbrio orçamental (calculado segundo a metodologia POCAL). -----

Vale a pena sublinhar: Penela é um Município em que a receita corrente suporta a despesa corrente (a despesa corrente são todas as despesas de carácter permanente e afetam o património não duradouro da autarquia, designadamente pessoal, aquisição de bens e serviços e amortização média de empréstimos). As nossas receitas correntes em 2017 foram de 5.916.981,64€ e a despesa corrente



de 4.881.063,53€! Importa registar a tendência que se tem verificado, atentas as regras de boa-gestão, libertar meios para a despesa de capital. -----

No período atual em Portugal, por certo todos os Penelenses gostarão de saber que em 2017, a sua Câmara Municipal apresenta a Poupança Corrente de 1.035.918,11€, melhorando o resultado de 2016 cuja poupança foi de 834.414,84€. -----

6. Uma nota para as despesas com o pessoal, que representam 41% das despesas correntes e 29,00% do total das despesas. Uma nota com a variação de mais 19.967,60€ de encargos com recursos humanos, determinado pelo aumento do salário mínimo nacional de 530,00€ para 557,00€, ou seja, de 5%, e o aumento do subsídio de refeição. Em 2017 o número de funcionários (calculado de acordo com a metodologia da DGAL) é de 106 funcionários verificando-se um aumento quando comparado com o exercício de 2016 (103 funcionários).-----

7. Uma referência para o esforço e concentração no que se refere ao Portugal 2020 – Quadro Comunitário de Apoio.-----

O Município de Penela desenvolveu um conjunto de bons projetos para colher reconhecimento e aprovação de participações comunitárias. -----

Essa tem sido uma preocupação e uma prioridade no sentido de captar o máximo de financiamento comunitário. Fruto da transição dos instrumentos financeiros e com os programas de apoio associado ao novo quadro comunitário de apoio e de alguns dos seus programas, 2017 é um ano que marca o arranque na captação de fundos comunitários e na implementação de alguns destes projetos. É esse o facto que justifica a melhoria das transferências de capital, registando-se uma receita de capital de 497.771,08€ em 2016 e em 2017 de 969.610,89€. Registamos, pois uma variação positiva de 447.277,51€. -----

Sobre a Execução Orçamental da Despesa (grau de execução de despesa paga) está situada nos 67,72%, sendo de 70,99% na ótica da faturação! A Execução Orçamental de Receita está situada nos 69,03%, não cumprindo com as determinações da Lei 73/2013.-----

De notar que as receitas correntes correspondem a 85% total das receitas e as receitas de capital a 14%. Obviamente que a previsão da cobrança de receita corrente foi de cerca de 84,69% muito menos voláteis que as receitas de capital cuja execução orçamental baixou para 32,19%. -----

8. Apesar da nossa obrigação de ajustamento a esta realidade em plano inclinado, conseguimos, em contraciclo, uma performance de investimento de 1.922.075,97€, substancialmente superior à receita de capital arrecadada que foi de 969.610,89€. Comparado com o ano de 2016 em que tivemos uma despesa de capital paga de 1.359.233,13€, não se pode deixar de registar a melhoria da performance de investimento.-----

9. Realce-se os ratios orçamentais do binómio entre a receita de capital e a despesa de capital! Em 2016 a despesa de capital (1.922.075,97€) foi superior à receita de capital (969.610,89 €). -----



10. Nesta conjuntura de crise, sublinhe-se, os valores executados na redução do serviço da dívida a terceiros em 404.760,39€ (-10,52%), seguindo a política de redução de dívida iniciada em anos anteriores (em 2013 a redução foi de 12,29%, em 2014 foi de 10,93%, em 2015 de 17,59%, em 2016 de -20,23%, consolidando uma estabilização realista do nosso desempenho orçamental.-----

Isto é, reduzimos o stock da dívida em quase meio milhão de euros. E se em 2014, 2015 já tínhamos tido um desempenho extraordinário, em 2016, conseguimos, a maior redução percentual de dívida municipal. De registar que reduzimos o prazo médio de pagamentos de 77 dias em 2013 para 66 dias em 2014 e em 2015 para 49 dias. Em 2016 o prazo médio de pagamentos foi de 48 dias, sendo em 2017 de 37 dias não registando pagamentos em atraso (dívida vencida há mais de 90 dias).-----

A dívida Municipal era em 31 de dezembro de 2017 de 3.442.792,13€ e se excluirmos da dívida total as operações não orçamentais, FAM, Subsídios e Subvenções Reembolsáveis é de 3.087.802,94€. Nesta área, reforce-se que, nos últimos 5 anos, essa redução totaliza mais de 5 milhões de euros. Relembre-se, paralelamente, a capacidade de endividamento que legalmente o Município ainda detém que se estima em 5.349.859,52€.-----

De notar que o passivo do Município é principalmente de médio e longo prazo, não exercendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria. Face a 2016 tivemos uma redução de 18,83% a que corresponde uma variação absoluta de - 543.683,41€.-----

Uma nota relativamente à classificação da dívida a médio/longo prazo e curto prazo. As dívidas de mlp diminuíram 18,83% e a dívida de cp aumentou 14,48% (138.923,02€). Este facto deve-se fundamentalmente à divergência da execução de despesa na ótica da faturação e na ótica da despesa paga. Na prática foram rececionadas, apenas em 2018, faturas emitidas nos últimos dias de dezembro de 2017 e que não permitiram a sua liquidação.-----

11. O Município de Penela encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2017 com um resultado líquido negativo de 619.483,64€, uma variação favorável relativamente ao ano anterior que registou um valor negativo de 834.343,88€. Esse facto deve-se, fundamentalmente, aos custos das amortizações do exercício que se cifram em 2.172.010,40€.-----

12. Em conclusão, globalmente verificamos que as Contas de 2017 revelam um esforçado exercício de equilíbrio orçamental, visível no facto da receita corrente ser sustentadamente superior à despesa corrente e com níveis de investimento assinaláveis.-----

Isto é, apresentamos boas contas.-----

13. Assim se alicerça o Futuro de Penela, sempre na firme convicção e prática de que, sobretudo nestes tempos de contenção e recuperação económica, a melhoria contínua do Município tem de começar cá dentro, cuja sucessiva capacitação também se demonstra com este documento, a submeter à Assembleia Municipal e, daí, à população do Município para melhor ajuizar sobre quem somos e o que fazemos na difícil gestão do Condomínio Municipal.-----



14. A execução das GOP foi de 58,15% em relação ao previsto. Por sector de atividade, revelam as prioridades de investimento municipal. De notar o investimento nas infraestruturas básicas com um valor de 1.166.216,47% (35%), na educação com 429.210,38€ (13%), no Ambiente e Proteção Civil com 325.383,76€ (10%) e no desenvolvimento económico com uma despesa paga de 597.190,68€ (18%).-----

15. São factos e números muito relevantes, claramente permitindo concluir que todos fomos capazes de ultrapassar o difícil desafio de ajustamento aos novos modelos, necessidades e variações na governação autárquica.-----

16. Por fim, fomos capazes de mobilizar para a conclusão de que, nestes anos, o Município de Penela se desenvolveu sustentavelmente, tem melhor qualidade de vida.-----

E, sobretudo, olhando o Futuro, tem hoje muito mais recursos (sociais, culturais, desportivos, económicos e ambientais) para continuar a progredir.-----

Penela merece!”-----

Após a intervenção do Presidente da Câmara, o **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos Deputados.-----

Tomou a palavra o deputado **Mendes Lopes**, que disse ter tido pouco tempo para analisar o documento. O Balanço, supostamente, avalia o documento que exprime o estado do que é o património do município. Fez uma breve análise do documento, concluindo que o município está a empobrecer e os investimentos não compensam. A Câmara Municipal cumpre, mas com escassa diferença.-----

Em relação às GOP salientou que, globalmente, tiveram a execução de 58%, tendo ficado aquém do desejado. O Plano Plurianual de investimentos foi fraco.-----

O deputado, **Emídio Domingues**, disse que, depois das palavras proferidas pelo sr. Presidente da Câmara e da análise dos documentos apresentados, o que se pretende é a aprovação do documento. Gostaria de deixar uma palavra de apressa ao senhor Presidente da Câmara pela forma como geriu os destinos de Penela. Mais do que grandes obras, o importante é a resolução de problemas existentes. Deu o exemplo do melhorar da qualidade da água e o aumento da rede de abastecimento que foi alargada a um maior número de pessoas.-----

O senhor Presidente da Assembleia, **Fernando Antunes**, referiu que em anos eleitorais aumenta-se a dívida, gasta-se mais e endivida-se mais. No entanto, no município de Penela a dívida é menor e o número de dias de pagamento diminuiu o que considera claramente positivo e um exemplo a seguir --

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que no seguimento das palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal conclui que é “mau político” no sentido e na forma como age, mas entende que a política é um exercício diário e, não só em anos de eleições.-----

A contabilidade de uma autarquia não é a mesma que a contabilidade de uma empresa.-----



Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal, ao abrigo da competência expressa na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovado por maioria, com a abstenção de seis dos deputados do Partido Socialista, o Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas relativos ao ano económico de 2017, bem como o Relatório de Fiscalização da Sociedade de Revisores Oficiais de Conta. -----

SEXO PUNTO - Modificação dos documentos previsionais. Revisão n.º 1: Foi solicitada a intervenção do Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto em epígrafe. Pelo mesmo foram explicados os motivos e as necessidades que justificaram a revisão, nomeadamente a transação do saldo orçamental, com reforços e anulações, em algumas rubricas. -----
Após a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos deputados, não se registando intervenções. -----
A Assembleia Municipal, em conformidade com a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei aprovou, por maioria, a referida revisão com seis abstenções dos deputados do Partido Socialista.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à deputada **Sara Marmé**, solicitando que a mesma fizesse o enquadramento do processo de Georreferenciação e Cadastração.-----
A deputada, **Sara Marmé**, disse que a sua intervenção vem no sentido de explicar o que é o Balcão Único do Prédio (BUPI). Disse o mesmo ter surgido com o objetivo de conhecer o que é o nosso território, através de um projeto piloto do qual fazem parte 10 municípios e que permite identificar terrenos em risco de incêndio. -----
Iniciou em dezembro de 2017, apenas com 1 técnico habilitado para o efeito. A forte adesão justificou a abertura de um novo posto de trabalho. Informo que a agenda está preenchida até dezembro, do corrente ano e, que já estão referenciados cerca de 500 hectares. Penela é o 2º município melhor colocado. Proença à Nova, que é o primeiro, tem 10 técnicos e Penela apenas 2. Solicitou aos Presidentes de Junta que sensibilizassem os munícipes a proceder à georreferenciação dos seus terrenos, tendo em conta que, até ao final do presente ano, o processo é gratuito. -----
Deu conhecimento que a partir de maio irá deslocar-se às localidades, uma unidade móvel, para apoiar as populações na georreferenciação de prédios rústicos. -----
Concluiu congratulando-se pelo município levar avante o projeto e, pelo facto de poder aplicar os seus conhecimentos de geografia.-----

O senhor **Presidente da Câmara** disse ser importante o assunto e oportunamente prestará contas do



projeto, que considera, estrutural no desenvolvimento do território. -----

Não havendo público presente e cumpridas as formalidades, o Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, encerrando os trabalhos quando eram vinte horas, depois de aprovada a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Ana Cristina Castro, que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia,

(Fernando dos Santos Antunes, Dr.)

O Técnico Superior,

(Ana Cristina Antunes de Castro)